

## APRESENTAÇÃO

O número 92 de *Lua Nova* traz nove artigos enviados espontaneamente por seus autores. Relembro, como já o fiz em outras ocasiões, que recebemos um número expressivo de textos, que, após serem examinados pelo Comitê de Redação, são enviados a dois pareceristas para análise. Buscamos, na maioria das vezes, reunir em dossiês aqueles que recebem aprovação nas três instâncias (o Comitê e cada um dos pareceristas). Mas muitos dos trabalhos aprovados não cabem em temas restritos. Procuramos, então, publicar alguns deles paralelamente aos dossiês temáticos. Outras vezes, como nesta publicação, apresentamos aos leitores assuntos diversos, que consideramos de interesse para nossas áreas de estudo. Eis os selecionados para esta edição.

O artigo de Luiz Felipe Miguel traz elementos para redefinir os termos do debate de Chantal Mouffe sobre textos que enfatizam os processos de produção do consenso e deslocam a centralidade do conflito político. Destacando a irreduzibilidade do conflito, Mouffe defende a ideia de uma “democracia agonística”, em que se enfrentam adversários, mas não inimigos. Porém, Luiz Felipe Miguel aponta o fato de que essa argumentação acaba por reproduzir, em outro nível, o dilema que propunha superar.

Em seu texto, Deisy Ventura e Fernanda Aguilar Perez mostram que crise e reforma são temas recorrentes nas últimas três décadas de funcionamento da Organização Mundial da Saúde (OMS). Conclusão a que chegaram com base em pesquisa empírica sobre tais temas nas pautas da Assembleia Mundial da Saúde, de 1998 a 2014. Ao final, para que reflitamos sobre as políticas sociais na área, as autoras indagam se a reforma proposta tornaria a OMS uma espécie de “enclave cosmopolítico” na complexa configuração da saúde global.

Buscando ir além das exposições tradicionais do conceito weberiano de Estado, o artigo de Alvaro Bianchi examina duas dimensões – o Estado como associação política (*politischer Verband*) e o Estado como empresa (*Betrieb*) – propostas por Weber. Sugere que, se tais dimensões forem analisadas em conjunto, isso possibilitará compreender a coincidência no âmbito estatal da eficácia dos meios de coação, com a possibilidade de ordenação racional de sua aplicação.

É fato conhecido serem as décadas de 1950 e 1960 um período dos mais importantes para o Brasil, quando grandes transformações sociais, econômicas e políticas ocorreram. E não foram apenas localmente, abarcaram todos os países da região denominada América Latina. Emergiram, naquele momento, diversas expressões culturais, artísticas e intelectuais que mostravam a disputa em torno do sentido dos processos de mudança política em curso. O cinema, tendo ampla circulação na região, assumiu papel central na divulgação desse impasse. O texto de Alexandro Dantas Trindade objetiva analisar o debate no qual críticos de cinema, intelectuais e cineastas se posicionaram quanto à busca de uma expressão política e estética que, enquanto identidade latino-americana, fosse capaz de dar sentido ao protagonismo político daquela geração.

O artigo de Bruno Konder Comparato enfrenta corajosamente a pergunta: qual a responsabilidade do indivíduo diante da injustiça? Pergunta fundamental diante da cotidiana violação de direitos humanos básicos, tão frequente no mundo e no Brasil em particular. Acompanhando a trajetória de vítimas de tortura durante a ditadura militar em nosso país, o texto explora as relações entre a experiência da tortura e as diferentes maneiras de lidar com os traumas dela decorrentes. E indaga sobre a razão de várias dessas vítimas concordarem com os seus gozos no que diz respeito ao significado da Anistia – não se consideram vítimas,

mas combatentes de uma guerra e, assim, não há por que esmiuçar o passado. A polêmica está no eixo do artigo. As questões são colocadas explicitamente.

Discutir a diversificação do imbricamento das causas políticas com a forma jurídica é o objetivo do artigo de Fabiano Engelmann e Luciana Penna. A pesquisa que serve de base para essa reflexão funda-se no mapeamento dos autores de manuais de direito constitucional, das articulações em torno de periódicos e associações e dos grupos de pesquisa, com o fim de explorar as principais polarizações no debate a respeito da “interpretação da Constituição” adotada em 1988. O tema é fundamental para o conhecimento do campo no qual se discutem as regras de funcionamento da atividade política e estatal no Brasil.

Propor um retorno à abordagem marxista acerca do lugar do consumo no processo de expansão do valor é a forma escolhida por Isleide Arruda Fontenelle para examinar o assunto de uma nova perspectiva em face das abordagens correntes na teoria social. Lembrando a posição central do consumo para a realização do capital, o artigo aponta as principais mudanças na cultura de consumo ocorridas a partir do final da década de 1970, culminando com as transformações em curso, oriundas da terceira revolução tecnológica – a informática.

Luis Carlos Fridman em seu texto avalia as interpretações e diagnósticos de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman a respeito das repercussões da dinâmica social na modernidade avançada sobre as motivações dos indivíduos para a ação política. Giddens e Bauman são autores que dividem o público no debate sobre a subjetividade e a modernidade avançada, uma vez que diagnosticam tendências divergentes para a sociabilidade contemporânea, com implicações políticas necessariamente díspares. Fridman examina a elaboração teórica dos dois intelectuais e busca estabelecer vias de entendimento desses problemas.

O artigo de Renata R. V. K. Nagamine mostra as relações de duas redes transnacionais que apoiam a luta pelos direitos de pessoas LGBTI em Uganda, diante da aprovação da “lei anti-homossexualidade” daquele país. Busca identificar os principais atores nas redes, a mudança de escala na rede em prol dos direitos referenciados, suas estratégias, seus alvos e os *frames* que mobilizam. Nesse processo, a autora levanta bibliografia contemporânea e avalia o alcance e os limites da abordagem teórica dedicada à questão.

Como já dito, os artigos aqui publicados foram propostos pelos autores ao Comitê de Redação de *Lua Nova*, examinados e aprovados por pareceristas externos, a quem agradecemos.

**O EDITOR**